

O Mundo Natural da América portuguesa em escritos anônimos do século XVIII.

Gisele Cristina da Conceição
Universidade Estadual de Maringá
Christian Fausto Moraes dos Santos
Universidade Estadual de Maringá

Introdução

A partir do século XVI, sob a influência dos eventos desencadeados a partir das Grandes Navegações e do estabelecimento dos europeus em suas colônias no Novo Mundo, foram construídas, paulatinamente, novas perspectivas referentes à compreensão do Mundo Natural. Ao chegarem no continente europeu, as descrições da natureza do Novo Mundo possibilitaram a reconstrução das perspectivas filosófico naturais vigentes até então (SAVOIA, 1996; GRANT, 2009, p. 353-358; DEBUS, 2002; SMITH, FINDLEN, 2002.). Estes relatos sobre a fauna e flora, advindos das terras recém-descobertas, foram fundamentais para que, na Europa, uma rede de colaboradores pudesse, a partir da segunda metade do século XVI, dar início a profundas transformações no universo da Filosofia Natural (CARVALHO, 1987, p. 7-11; OGILVIE, 2008, p. 36-39).

Ao longo de todo o século XVII, houve o desencadear de uma revolução no que, até então, era compreendido por Filosofia Natural. Contudo, foi durante o século XVIII que este ciclo de transformações foram, pelo menos em partes, concluídos (HANKINS, 2002, p. 113-157). A partir desse período, novas perspectivas e questionamentos se apresentaram aos que se dedicaram à observação do Mundo Natural, tanto na Europa, quanto nas colônias. Neste âmbito, a compreensão da natureza, com toda a sua diversidade, ganhou novas perspectivas. Dos eventos relacionados às Grandes Navegações, ao turbilhão intelectual que culminou no Iluminismo do século XVIII, uma característica essencial dos paradigmas oriundos deste período derivou do fato de que, em termos teológicos ou filosófico naturais, nenhum dogma deixou de ser exaustivamente examinado, passando por uma reflexão crítica sobre seus parâmetros (HALL, 1990).

Ao longo de todo o século XVIII, diversos indivíduos empreenderam esforços para ampliar, reformular ou ainda construir novos instrumentais de compreensão da natureza (HANKINS, 2002). O Iluminismo, longe de ser um movimento homogêneo, produziu uma grande diversidade de ideias e abordagens. Em parte por esse motivo, o século XVIII

configurou-se enquanto um período de grande difusão da Filosofia Natural e de outros campos do conhecimento (HALL, 1990).

A circulação das ideias provenientes da atividade intelectual, ao longo do “século das luzes”, se fazia em profusão, a partir de livros editados e impressos em grande quantidade, bem como de publicações periódicas de circulação rápida e com grande alcance. Reuniam-se consideráveis composições de textos de diversas classes de eruditos, das quais uma das mais notórias foi, notadamente, a Enciclopédia Iluminista, “*L’Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné Des Sciences, Des Arts et Des Métiers*”¹. A *Encyclopédie*, em concordância com o princípio de renovação e reformulação das antigas concepções epistemológicas, promoveu ataques contundentes às velhas ortodoxias e à cosmologia então hegemônica. Esta característica foi, em parte, promovida a partir da postura revolucionária de seus colaboradores, que compreendiam personalidades como Denis Diderot (1713-1784), que era responsável pela coordenação geral de verbetes de História da Filosofia. François Marie Arouet, mais conhecido como Voltaire (1694-1778) e Mary Jean Antoine Nicolas Caritat, marquês de Condorcet (1743-1794), que trabalharam questões relacionadas à Filosofia. E Jean Jacques Rousseau (1712-1778), que compôs o verbete sobre Música. Participaram também, Jean le Rond d’Alembert (1717-1783), Paul-Henri Thiry, o barão de D’Hobach (1723-1789), François Quesnay (1694-1777) e Anne Robert Jacques Turgot (1727-1781). No entanto, dentro do contexto das transformações paradigmáticas referentes à compreensão do mundo natural, a maior contribuição aos quadros da *Encyclopédie* veio da participação de George Louis-Leclerc (1707-1788), o Conde de Buffon, a quem foi entregue o tema das Ciências Naturais (SANTOS, 2005, p. 86).

A importância do Conde de Buffon para a Filosofia Natural do século XVIII perpassa pela maneira como ele procurou estabelecer uma epistemologia que pudesse servir à compreensão e classificação das faunas, tanto da Europa, quanto da América, Ásia e África. O Conde de Buffon foi tão ou mais prestigiado quanto o sueco Karl von Linaeus (1707-1778).

¹“*L’Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné Des Sciences, Des Arts et Des Métiers*”: Enciclopédia iluminista: Indexada em 1759, legitimada por um total de 28 volumes, 71.8181 e 2.885 pranchas. Já na página de rosto proclamava a pretensão da obra: “Dicionário Raciocinado das Ciências, das Artes e dos Ofícios”. Com uma trajetória de denúncias a Enciclopédia parecia estar com os dias contados, contudo devido o alto investimento de seus editores que agiam com rapidez, revelou-se um sucesso, tendo suas vendas impelidas justamente por aquilo que fizera o governo confiscá-la. “*Ela desafiava os valores tradicionais e as autoridades constituídas do Antigo Regime*” DARNTON, Robert. *O Iluminismo como Negócio: História da publicação da Enciclopédia, 1775-1800*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

Este último que acabou por ser considerado o idealizador do sistema de classificação binominal (PRESTES, 2000. p. 58-72.).

Havia um profundo interesse pela natureza, sendo que isso catapultou progressos sensíveis em variados campos do estudo da fauna e da flora. O novo interesse pelo mundo natural, despertado pelo Iluminismo e potencializado pela ampla circulação de textos impressos e pela criação de diversas instituições de divulgação, tais como as academias de ciências, proporcionou também o surgimento dos gabinetes de História Natural e Herbários. Financiadas pelos patronos e mecenas da Ciência e da Filosofia Natural, nobres ou burgueses abastados, estas instituições fomentaram a publicação de livros, memórias e catálogos de coleções de plantas e animais exóticos (MAYR, 1998). Uma das consequências marcantes deste grande interesse pela História Natural foi à concepção, muitas vezes por parte dos governos nacionais, de que era necessária a investigação sistemática, tanto das áreas ainda desconhecidas do globo, quanto das colônias já estabelecidas e em processo de expansão. De fato, as mais diferentes nações europeias financiaram empreendimentos de cunho filosófico natural. Viagens como as do capitão inglês James Cook (1728-1779) (FISHER, 1979), famoso por ter explorado o Oceano Pacífico, do francês Louis Antoine de Boungaille (1729-1811), autor de um tratado de cálculo de navegação e que empreendeu uma viagem ao redor do globo (DUNMORE, 2007) ou mesmo a Viagem Filosófica pela América portuguesa, levada a cabo pelo luso brasileiro formado em Coimbra, Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) (PATACA, 2007) demonstram que nações como Inglaterra, França e Portugal compreendiam a necessidade de se estudar o mundo natural e suas potencialidades.

Como movimento intelectual, o Iluminismo esteve longe de ser um privilégio de uma determinada nação, e, em boa parte da Europa, características próprias eram desenvolvidas. Foi um fenômeno que se estendeu à, praticamente, toda Europa ocidental e Américas. Um grande volume de informações, resultantes da investigação da natureza, encontrados em tratados, memórias, jardins botânicos e museus, impulsionadas pelos princípios de uma nova racionalidade, divulgada pelas conquistas do pensamento iluminista percorriam a Europa e, em certa medida, suas colônias (SANTOS, 2005). É certo afirmar, portanto, que a exemplo da França ou Inglaterra, as Ciências Naturais em Portugal não estiveram alheias a este processo. Pelo contrário, em muitos aspectos, os homens de letras portugueses ocuparam posição de vanguarda, principalmente no que se refere à História Natural (CARVALHO, 1987, p. 7-11).

A despeito das particularidades que envolveram as questões da ilustração e das tribulações pelas quais passaram as Ciências Naturais em Portugal em meio a reformas,

perseguições, reviravoltas políticas e desconfiança por parte dos bastiões do Antigo Regime (SANTOS, p. 66-72), a produção filosófico-natural lusa daquele período é considerável (DOMINGUES, 2001, p. 38; DOMINGUES, 2006, p. 150-174).

Ao longo do século XVIII, com a consolidação do pensamento ilustrado em Portugal, deu-se um processo que representou um esforço sistemático, principalmente sob os auspícios estatais, que visava promover a renovação das bases do conhecimento, tanto no Reino quanto nas colônias. Promoveu-se o envolvimento de diversos setores da sociedade portuguesa, com a congregação dos trabalhos de matemáticos, astrônomos, médicos, cirurgiões, engenheiros e filósofos naturais, alguns vindos de outras partes da Europa. Não foram poucos os funcionários estatais que, impulsionados pelos ventos da ilustração, realizaram notáveis trabalhos à frente da administração pública e na promoção e produção de saberes acerca do mundo natural (DOMINGUES, 2001; DOMINGUES, 2006). Uma parcela considerável destes esforços foi direcionada às colônias, na Ásia e África, mas principalmente, ao Brasil. Os objetivos de tal política eram múltiplos e iam, desde a intenção de racionalizar e superar as dificuldades relativas à produção de bens em território colonial, quanto consolidar e sustentar o ainda corrente processo de expansão territorial. Tal processo permitia ainda a reunião, com propósitos acadêmicos, de informações sobre a natureza, que pudessem servir e potencializar as ações das instituições do império como um todo. Neste período, a questão das ciências tornou-se crucial à manutenção, sustento, progresso e expansão imperial, principalmente no entendimento do próprio Estado (DOMINGUES, 2001; DOMINGUES, 2006). No que se refere aos paradigmas filosófico naturais e o estudo do ambiente nos domínios coloniais, diversas iniciativas foram promovidas pelo Estado, que visava a coleta da maior quantidade possível de dados a respeito das potencialidades existentes na natureza da colônia americana (DOMINGUES, 2001; DOMINGUES, 2006).

Deve-se ressaltar o fomento, implementado pela coroa portuguesa, sobretudo a partir dos reinados de D. José I (1750 – 1777) e D. Maria I (1777 – 1816), às chamadas *Viagens Filosóficas*. Neste período, foi contratado pelo Marquês de Pombal, para ocupar a cátedra de História Natural da Universidade de Coimbra, o filósofo natural italiano Domenico Vandelli (1735-1816). A partir de 1764, quando contratado, Vandelli foi o principal idealizador de uma série de viagens pelo Reino, todas elas condensando o caráter científico a intensões de cunho econômico e político, tais como o de fazer um inventário dos recursos naturais que pudessem ser explorados no futuro. Dentro deste mesmo princípio, foram planejadas viagens às

colônias. A mais importante delas foi incumbida a luso-brasileiro, chamado Alexandre Rodrigues Ferreira, que estudara Filosofia Natural na Universidade de Coimbra.

A Viagem Filosófica capitaneada por Alexandre Rodrigues Ferreira deve ser compreendida dentro do rico contexto do Iluminismo português. Havia o importante papel do Estado, para o qual o empreendimento das expedições científicas fazia parte da construção de uma rede de informações que permitisse, sobretudo na América portuguesa, uma melhor compreensão e, conseqüentemente, exploração dos recursos naturais de suas possessões (DOMINGUES, 2001).

A viagem em si teve dimensões monumentais, não apenas pela distância percorrida em território colonial pouco explorado (foram, aproximadamente, 39.372 km) ao longo das regiões da bacia amazônica e da Capitania do Mato Grosso. Foi grande também o volume de informações coletadas durante quase dez anos nas florestas da América portuguesa. Apesar dos posteriores desencontros que proporcionaram a pilhagem (SANTOS, 2010), perda e deterioração de boa parte do material coletado, a expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira demonstra a importância conferida, em termos estratégicos, ao estudo da natureza dentro do império português (SANTOS, 2007; SANTOS, 2010).

Outra sistemática adotada pela Coroa portuguesa, que visava uma melhor compreensão dos recursos coloniais e, assim, fortalecer a posição de Portugal no cenário político internacional, foi a criação de instituições responsáveis pelo estudo e divulgação das Ciências Naturais na metrópole e colônia. Uma dessas instituições foi à *Casa Literária do Arco do Cego*. Idealizada pelo então Secretário de Estado de Negócios da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812), e concretizada a partir da ação de Frei luso-brasileiro José Mariano da Conceição Velloso (1742-1811), a *Casa Literária* foi um claro empreendimento do enciclopedismo português. Seu principal objetivo era o de fomentar as ciências, sua publicação e a otimização do uso das potencialidades econômicas do império e colônia a partir de uma perspectiva ilustrada. Apesar de seu curto período de funcionamento (1799-1801) a *Casa Literária do Arco do Cego* contribuiu para a construção, em Portugal, de novas perspectivas, além de uma nova maneira de se ver a América portuguesa. Não é possível enumerar todos os pontos impulsionados pelo trabalho desenvolvido no Arco do Cego, mas é certo que houve uma mudança expressiva na posição que a colônia americana ocupava, em termos estratégicos e políticos. Dentro do contexto iluminista, portanto, era cada vez maior a preocupação das nações com o mundo natural e a racionalização dos processos exploratórios deste (DOMINGUES, 2001; DOMINGUES, 2006).

No entanto, não apenas do fomento promovido pela Coroa e dos indivíduos com formação acadêmica viveu a investigação da natureza e o pensamento crítico no mundo lusófono setecentista. Não foram poucos os indivíduos que, mesmo sem uma formação acadêmica, produziram memórias, diálogos e tratados de características filosófico naturais. Dentre as produções deste gênero, elaboradas na América portuguesa ao longo dos setecentos, destaca-se a de José Barbosa de Sá, autor dos *Diálogos Geográficos, Chronológicos, Políticos e Naturaes*. Este advogado licenciado, radicado na Capitania do Mato Grosso de meados do século XVIII, concebeu uma obra que, além de original, demonstrou sintonia com a revolução intelectual que se processava na Europa. Apesar de não ser possível determinar, de maneira precisa, as obras com que teve contato, os *Diálogos Geográficos* de Barbosa de Sá trazem inúmeras sugestões de que o saber iluminista, e as ciências dele derivadas, circulavam, no então distante Mato Grosso e sua capital, a vila de Cuiabá (PAPAVERO, 2012; SANTOS, 2007).

Assim como Barbosa de Sá, houve indivíduos, educados na Europa ou não, que produziram obras em sintonia com o momento de efervescência intelectual pelo qual passavam a Europa e, mais especificamente, Portugal. Grande parte desses autores deixaram manuscritos em forma de tratados e memórias que constituem registros únicos da circulação dos saberes e paradigmas que norteavam o estudo do mundo natural na América portuguesa do século XVIII.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Rómulo de. A História Natural em Portugal no século XVIII. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987, p. 7-11.

DEBUS, Allen G. O Homem e a Natureza no Renascimento. Porto: Porto editora, 2002.

DARNTON, Robert. O Iluminismo como Negócio: História da publicação da Enciclopédia, 1775-1800. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. História, Ciências, Saúde. Manguinhos. v. VIII (suplemento), 823-38, 2001.

DOMINGUES, Ângela. Notícias do Brasil Colonial: A Imprensa Científica e Política ao Serviço das Elites (Portugal, Brasil, Inglaterra). Varia História. v. 22, n. 35, p. 150-174, 2006.

DUNMORE, John. Storms and Dreams: The Life of Louis de Bougainville. Chicago: University of Chicago Press. 2007.

GRANT, Edward. História da filosofia natural do mundo antigo do século XIX. São Paulo: Madras, 2009, p. 353-358.

HANKINS, Thomas L. Ciência e Iluminismo. Porto: Porto Editora, 2002, p. 113-157.

HALL, Alfred Rupert. A Revolução na Ciência (1500-175). Lisboa: Edições 70. 1990

MAYR, E. O desenvolvimento do pensamento biológico: diversidade, evolução e herança. Brasília: Universidade de Brasília. 1998.

OGILVIE, Brian W. The Science of describing : natural history in Renaissance Europe. Chicago: The University of Chicago Press, 2008, p. 36-39.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski. A Investigação da Natureza no Brasil Colônia. São Paulo: Annablume/FAPESP. 2000. p. 58-72.

FISHER, Robin; JOHNSTON, Hugh. Captain James Cook and His Times. Londres: Croom Helm LTDA. 1979.

PATAÇA, Ermelinda M. Viagens Científicas no Império Português (1755-1808). I Simpósio de Pesquisa em Ensino e História de Ciências da Terra III Simpósio Nacional Sobre Ensino de Geologia no Brasil. Unicamp, 2007.

PAPAVERO, Nelson, et all. A história natural da Região Centro-Oeste brasileira nos “Diálogos geográficos, Chronologicos, políticos e naturaes” de Joseph Barboza de Sáa (século XVIII): o primeiro inventário da fauna, flora e recursos naturais do Cerrado e do Pantanal. Rio de Janeiro: Technical Books, 2012.

SMITH, Pamela H.; FINDLEN, Paula. Merchants and marvels: commerce, science, and art in early modern Europe. New York: Routledge, 2002.

SANTOS, C. F. M. Uma Cosmologia do Novo Mundo: Os Diálogos Geográficos de Joseph Barbosa De Sá no ano de 1769. Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde. Rio de Janeiro, 2005, p. 86.

SAVOIA, Andrea Ubrizsy. The influence of new world species on the botany of the 16th century. Asclepio-yo. XLVIII-2-1996.

SANTOS, C.F.M. dos. História das ideias: viajantes naturalistas e ciências na modernidade. Maringá: Eduem, 2010.

SANTOS, Eulália Maria Aparecida Moraes dos. Dos Cometas do nordeste aos thesouros da Amazônia: os jesuítas João Daniel e José Monteiro da Rocha no contexto das ciências naturais do século XVIII. Programa de Pós-graduação em História, Departamento de História, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, 2007.